



PROTOCOLOS PARA ATUAÇÃO E JULGAMENTO COM PERSPECTIVA ANTIDISCRIMINATÓRIA, INTERSECCIONAL E INCLUSIVA DO CSJT E DO PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA RACIAL DO CNJ - T1/2025

CNJ - 1 1/2025				
Inscrições até as 12h do dia 24-10-2025 neste link.				
DATA/PERÍODO	27-10 a 1º-12-2025			
FORMATO	Curso -			
MODALIDADE	EaD Autoinstrucional			
LOCAL	EJud4 On-Line			
DOCENTES	Papel	Nome completo	Currículo resumido	
1	Palestrante •	Bárbara de Moraes Ribeiro Soares Ferrito	Juíza do Trabalho do TRT1. Mestra em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutoranda em direito pela Universidade Federal Fluminense.	
2	Palestrante •	Karen Luise Vilanova Batista de Souza	Juíza Auxiliar da presidência do CNJ; Mestra em Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento pela Universidad Pablo de Olavide na Espanha.	
3	Moderador •	Gabriela Lenz de Lacerda	Juíza do Trabalho do TRT4, Mestra em Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento pela Universidad Pablo de Olavide na Espanha.	
PÚBLICO-ALVO	Magistrados e magistradas do TRT4 que não tenham certificado na 1ª Jornada Institucional da Magistratura do Trabalho Gaúcha, em 2025; servidores e servidoras do TRT4, preferencialmente assistentes de juiz(a) e assessores(as), chefes de gabinete, assistentes de gabinete; estagiários(as) do TRT4.			
VAGAS/N° DE PARTICIPANTES	300			
CARGA HORÁRIA	2 h/a			
JUSTIFICATIVA	O curso tem como objetivo apresentar e incentivar a adoção de protocolos de julgamento com perspectiva interseccional, inclusiva e antidiscriminatória, reforçando o papel do Judiciário na promoção da equidade racial, de gênero, social e de acessibilidade. O curso atende à Resolução CNJ nº 492/2023 e integra as temáticas obrigatórias de raça, gênero, direitos humanos e etnia que contam pontos importantes no Prêmio CNJ de Qualidade.			
EMENTA	Debate sobre os objetivos dos Protocolos para Atuação e Julgamento com Perspectiva Antidiscriminatória, Interseccional e Inclusiva do CSJT e do Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial do CNJ. Aplicação dos protocolos no caso concreto.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Protocolos para Atuação e Julgamento com Perspectiva Antidiscriminatória, Interseccional e Inclusiva do CSJT e do Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial do CNJ.			

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	 Apresentar e incentivar a adoção de protocolos de julgamento com perspectiva interseccional, inclusiva e antidiscriminatório; Reforçar o papel do Judiciário na promoção da equidade racial, de gênero, social e de acessibilidade; Demonstrar hipóteses de aplicação dos protocolos no caso concreto. 		
METODOLOGIA	O curso segue o modelo autoinstrucional, em que o(a) aluno(a) decide, durante o período de realização, a melhor forma de administração do tempo de estudo (acesso ao curso 24 horas por dia). O curso apresenta apenas a gravação da palestra, de acesso obrigatório, para a realização da atividade avaliativa.		
AVALIAÇÃO	Avaliação de aprendizagem: Questionário avaliativo após o término do módulo 'Material de estudo". Para aprovação, o(a) aluno(a) deverá realizar todas as atividades programadas e alcançar nota final igual ou superior a 70 pontos, o que corresponde a um mínimo de 70% do rendimento total proposto. - Avaliação de reação: Os(As) participantes receberão aviso por e-mail, do sistema SisEJud, quando a avaliação de reação estiver disponível para preenchimento e deverão observar o prazo informado.		
CERTIFICAÇÃO	 - Para ser considerado(a) aprovado(a), o(a) estudante deverá realizar todas as atividades propostas durante o período do curso e alcançar o nível de aproveitamento igual ou superior a 70 pontos, considerando a média simples do resultado obtido no questionário. - Não serão certificados(as) os(as) magistrados(as) que já tenham obtido certificação nesta atividade, oferecida durante a 1ª Jornada Institucional da Magistratura do Trabalho Gaúcha, em 2025. 		
ACESSIBILIDADE	- Legendagem automática e LIBRAS.		
FINALIDADES	 - Magistrados(as): Formação Continuada; Desenvolvimento Gerencial; Diversidade, Equidade e Inclusão; Promoção por Merecimento. - Servidores(as): Adicional de Qualificação; Desenvolvimento Gerencial; Diversidade, Equidade e Inclusão; Promoção. - Estagiários(as): Formação Continuada. 		
OBSERVAÇÕES	Servidores(as) do TRT4: 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 202, 207, 208, 210 e 211, todos da Lei nº 8.112/90.		



Este evento atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU nº 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.



Acesse aqui os tutoriais para inscrições e acesso ao Sistema da Escola Judicial:

 Ø 1) Público interno do TRT4 - magistrados(as) e servidores(as), inclusive aposentados(as);

 № 2) Público externo.